

A INTERNET COMO INDUTORA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MÍDIA, TECNOLOGIA E ENGAJAMENTO NOS AMBIENTES DIGITAIS

Antonio Francisco Magnoni¹
Aline Cristina Camargo²
Giovani Vieira Miranda³

RESUMO

Objetiva-se fazer uma análise do atual cenário de atuação das novas tecnologias e de surgimento de concepções digitais que influenciam nos processos de participação política. Busca-se incitar uma discussão sobre a potencialidade social e política da internet entre as juventudes, considerando sua afirmação como elemento para o reforço do desenvolvimento de ambientes modernos de atuação democrática e de reforço para novas formas de participação e engajamento.

PALAVRAS-CHAVE

Internet. Juventudes. Mídia. Participação. Redes Sociais. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

A presença dos meios de comunicação de massa tem interferido na cultura coletiva e na formação da opinião pública desde a consolidação das sociedades urbano-industriais. Os meios massivos de comunicação são os principais indutores do consumo de bens materiais e simbólicos e os principais disseminadores de informações jornalísticas entre as diversas camadas sociais contemporâneas. Nesse sentido, os veículos agem como canais especializados em difundir ou direcionar, ocasionalmente ou intencionalmente, os debates da vida pública.

No contexto democrático em que vivemos, pressupõe-se que haja condições para que os cidadãos exerçam os seus direitos individuais e coletivos, entre eles o de participação política. Maia (2006, p. 15) argumenta que “a grande maioria das informações de que os

¹ Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (Mestrado Profissional e Doutorado) da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Email: afmagnoni@faac.unesp.br.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Email: alinecamargo20@gmail.com.

³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Email: giovani@faac.unesp.br.

cidadãos comuns necessitam para tomar decisões e agir na esfera política articula-se de modo rotineiro, com os meios de comunicação”. Ainda que se considere que a maior parte da comunicação política seja mediada, os estudos dessas mediações ainda não consideram devidamente a amplitude das interferências dos diversos meios de comunicação, de seus produtos culturais ou de consumo e usos, que são “tão variados quanto às próprias práticas sociais”.

Com o desenvolvimento e a popularização da internet iniciaram-se as discussões em torno do potencial social, político e democrático da rede. A internet oferece variedades crescentes de informações, reduz os custos de participação política e permite que os diferentes participantes possam se envolver no diálogo a partir da troca de e-mails, chats e grupos eletrônicos de discussão. As redes do ciberespaço são canais multilaterais de comunicação com recursos de interação sem precedentes quando comparadas aos meios analógicos e podem fornecer diversos canais para os cidadãos se comunicarem diretamente, trocarem informações, consultarem e discutirem de forma imediata, além de serem serviços com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia divulgada pela Secretaria da Presidência da República em 2015, a internet é a segunda principal plataforma de consumo de notícias (BRASIL, 2015). Segundo a pesquisa “Consumo de Notícias do Brasileiro”, realizada em parceria entre a Advice Comunicação Corporativa e a BonusQuest, a internet é a principal fonte de informação para 68% dos brasileiros: soma de portais (28%), jornais online (26%) e redes sociais (14%) significa que 68% dos brasileiros têm a internet como sua principal fonte de informação. Os dispositivos móveis destacam-se como principal meio de acesso à internet entre os mais jovens.

Sendo assim, o público brasileiro estaria voltado para um maior número de fontes e para uma maior variedade de formas de acessar conteúdos de notícias. A disseminação do uso da rede tem fornecido novas ferramentas, dispositivos e oportunidades para grupos minoritários e é uma fonte autônoma de notícias para as parcelas da população com acesso à internet domiciliar ou móvel.

No entanto, o potencial empoderador da rede é limitado ao uso social da tecnologia. Assim, apesar de o ambiente virtual ser propício para transparência e participação coletiva, a

maneira como se dá essa participação e os canais para tal precisam ser questionados. Considerando que a participação política é um componente central dos regimes democráticos, compreender suas causas e os contextos em que se dá é crucial para entender a qualidade da democracia em cada sociedade.

O gradual aumento do acesso popular às redes amplia as possibilidades de uso social frequente de canais midiáticos, seja para consumo publicitário e de entretenimento, para uso e trocas profissionais de mensagens, para realização de pesquisas mercadológicas e didáticas, para comunicação interpessoal com difusão de mensagens individuais ou para o reenvio de conteúdos midiáticos aos participantes de listas em redes sociais. Os veículos de comunicação de massa, dos tradicionais aos digitais, ainda são responsáveis pela produção e difusão de grande parte do conteúdo diário de jornalismo político e exercem relevante papel na mediação do debate social sobre as ações públicas de conteúdo político, administrativo e de gestão do Estado, em âmbitos nacional, estaduais e municipais.

Assim, a internet fornece aos brasileiros um conjunto de canais e de ferramentas comunicativas importantes para o ativismo e a participação política no espaço social e midiático. No entanto, a ausência de estudos e de dados sistemáticos sobre o papel das plataformas digitais no Brasil faz com que ainda seja difícil avaliar os efeitos da digitalização sobre a participação política em dois caminhos: a) a digitalização dos conteúdos pode representar acesso a um maior volume de informações e b) a rede oferece novas ferramentas, modalidades e canais de participação.

Nesse sentido, este artigo propõe uma análise da potencialidade social e política da internet, considerando sua afirmação como elemento para o desenvolvimento de ambientes de atuação democrática e de reforço para novas formas de participação e engajamento político.

O POTENCIAL SOCIAL E POLÍTICO DA INTERNET

O advento da internet como uma rede global de compartilhamento de informações e o surgimento de novas tecnologias disponíveis a cidadãos comuns revolucionaram nas últimas décadas a produção e divulgação de conteúdos. Segundo Gillmor (2005, p. 227), “a internet é o mais importante meio de difusão desde a invenção da imprensa”. Com isso, dilui-se aos poucos a hierarquia vertical dos grandes meios de comunicação que detinham o

monopólio de informar. Hoje, o ciberespaço abre canais virtuais para a participação cívica, nos quais os cidadãos conectados podem expressar as suas opiniões e posições políticas.

Nos últimos 150 anos, dispusemos essencialmente de dois meios de comunicação: de um para muitos (livros, jornais, rádio e televisão) e de um para um (cartas, telégrafo e telefone). Pela primeira vez, a Internet permite-nos dispor de comunicações de muitos para muitos e de alguns para alguns, o que tem vastas implicações para os antigos receptores e para os produtores de notícias, na medida em que a diferença entre as duas categorias começa a tornar-se difícil de estabelecer (GILLMOR, 2005, p.42).

Para o autor, as novas tecnologias e uma crescente insatisfação com os meios tradicionais criaram as condições para o aparecimento dessa nova estrutura. Na nova era das comunicações digitais, o público não é mais apenas receptor, ele é parte do processo de produção e divulgação de notícias. Mesmo pessoas que vivem em países com regimes repressivos passaram a ter voz e lutar por suas causas, como aponta Gillmor (2005, p.146), “as novas tecnologias permitiram que muitos milhões falassem livremente e fossem ouvidos, em muitos casos pela primeira vez”.

A internet [...] está definitivamente inserida no processo de comunicação do homem moderno contemporâneo, oferecendo informação para que ele possa tomar as decisões necessárias no seu dia-a-dia, seja no trânsito, no trabalho, ou para o seu entretenimento. É uma teia da qual, ele não consegue se desvincular, pois quase tão necessária como o alimento, para alcançar a velocidade do mundo e se inserir nele como agente participante do contexto histórico, social, político, econômico e cultural (ROCHA, 2014, 161-162).

Como ainda aponta Brittos (2002), são perceptíveis os efeitos econômicos e políticos das tecnologias e suas consequências na ação social do espaço público, no entanto “é na disputa para vencer os limites pelo capital e pela expansão da cultura ligada aos ditames do consumo, que se opõem à concretização de uma comunicação popular libertadora, articulando democracia e cidadania” (BRITTOS, 2002, p.12).

As tecnologias de informação e comunicação podem ser importantes instrumentos facilitadores da mobilização social, um meio ou uma ferramenta da ação cidadã. A atitude cívica por meio de tecnologias móveis não é fruto mesmo da tecnologia, mas de uma possível

transformação no pensamento social. A tecnologia por si só, não mobiliza ou transforma o cidadão pacato num ativista social. As tecnologias não determinam o procedimento da interação comunicativa, tampouco garantem ou promovem a reflexão crítico-racional; tão somente facilitam o armazenamento e a circulação dos estoques informativos e agilizam as buscas por uma diversidade de fontes informativas (MARCONDES, 2007, p.6).

Segundo Bennet (2004), as esferas públicas criadas pela internet são mais que universos paralelos de informação que existem independentemente da mídia de massa. Ao contrário, a internet muda a forma como são feitas as notícias em função da oferta de contrainformação. “A internet pode engendrar novas formas de participação individual ou grupal nas discussões dos assuntos que dominam a esfera pública. Enquanto ferramenta acessível, ela também possibilita que novos assuntos sejam trazidos à discussão pública” (BENNET, 2004, p.25), ampliando de forma substancial a circulação de informações e de fontes diversificadas descentralizando o processo de produção e a divulgação dos conteúdos e possibilita a expressão de vozes diferentes. Esse espaço passa a ser considerado uma extensão da cidadania, que se articula por meio da troca de ideias entre os indivíduos/cidadãos interessados.

Essa descentralização intrínseca à internet permite a construção de subjetividades opostas, até então excluídas da Esfera Pública. Tal característica é anunciada como o traço mais significativo da rede, o que, acredita-se, permite que a internet subverta a autoridade política, ao mesmo tempo em que enfraqueça as formas estatais de controle. (MARCONDES, 2007, p. 7).

Para Sassi (2000), “toda vez que o panorama da mídia muda a partir do surgimento ou da expansão das redes de informação, a utopia da capacidade dos novos meios de comunicação para melhorar a democracia e dar poder aos cidadãos reaparece” (SASSI, 2000, p. 90). Desta forma, existe a crença de que as Tecnologias de Informação e Comunicação iriam “melhorar as oportunidades de participação nos processos políticos, remover as barreiras de tempo e lugar e oferecer novos canais para a troca de informações e discussão política” (DIJK, 2000, p. 166).

Neste contexto, é necessário questionar se o uso social dos meios digitais teriam produzido novas formas de participação política e incluído novos atores sociais neste processo. Neste sentido, Polat (2005, p. 442) argumenta que “a internet potencialmente

fornece uma aproximação bastante perto de uma situação ideal em que os cidadãos teriam pleno conhecimento sobre as questões políticas”. No entanto, salienta que “esta possibilidade se baseia na suposição de que as pessoas são suficientemente interessadas em obter as informações relevantes, assume também que os cidadãos têm o acesso e as capacidades necessárias para interpretar as informações”. Polat (2005) reforça ainda que a disponibilidade e o uso das tecnologias não são suficientes para alcançar tal situação.

Rogers e Malhotra (2000) apontam ainda que “o papel empoderador da internet pode ser exemplificado a partir da maneira como as interações online enriquecem as relações interpessoais através do desenvolvimento de relações sociais e pela construção da ideia de comunidade” (ROGERS; MALHOTRA, 2000, p. 26). No entanto, há uma controvérsia neste sentido, uma vez que alguns autores questionam se a internet tem sido utilizada como meio para amplificar as vozes daqueles que já são ativos politicamente. Para Vaccari (2013), as questões de engajamento envolvem o relacionamento entre informação política e o interesse dos cidadãos nesta informação, além de participação política off-line e consumo de mídia. “Interesse na política prediz a ação de buscar informação política [...] A internet permite que os cidadãos selecionem os tipos de conteúdos a que estão expostos, ou pelo menos o faz mais que outros meios de comunicação de massa” (VACCARI, 2013, p. 198).

A autora (2013, p. 59) afirma que existe uma relação entre os cidadãos participantes online e offline. Assim, a política online, de modo geral, reproduziria as mesmas desigualdades na participação política que se dá offline: “Os grupos que são mais predispostos a usar a internet, porque têm mais dinheiro, tempo e competências cívicas, também são mais propensos a ter um papel ativo em outros domínios políticos”. Assim como as tecnologias de informação e comunicação dão maior acesso às informações, elas também permitem práticas online de participação cidadã, tornando-se, assim, esfera pública virtual.

De acordo com Gomes (1999), pode-se entender o conceito de esfera pública a partir de três ângulos: (a) o debate deliberativo, que é essencial para a democracia, e pode ser exemplificado pelos argumentos apresentados nas casas parlamentares, ou mesmo sobre os assuntos de um grupo específico, como associação de moradores; (b) o debate não deliberativo, na maioria dos casos para fins informativos, destina-se a fornecer aos interessados uma maior refletividade dos prós e contras, ou apenas mantê-los a par do

assunto. Este debate também pode ser classificado como uma conversa civilizada, ocorrendo em situações cotidianas, sem a marca de formalidade. Por fim, a esfera pública pode ser constituída por uma (c) esfera da exposição ou visibilidade pública, quando não há necessariamente um diálogo entre quem manda e quem recebe um determinado conteúdo, a exposição ocorre especialmente através da mídia de massa.

Habermas (1962), precursor do conceito de esfera pública, reconhece diferentes formas de esfera pública: esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua), a esfera pública da presença organizada (reuniões de pais, oficiais em visita ao teatro, shows de rock, reuniões partidos ou conferências de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pelos meios de comunicação (leitores, ouvintes, telespectadores e disseminação natural globalmente).

Segundo Gomes (2006, p. 57), a ideia de esfera pública é importante para se pensar a dimensão da relação entre sociedade civil e sociedade política, a saber, “a luta conduzida pela cidadania para controlar cognitivamente a esfera onde se produz a decisão política”. O autor (2006) salienta a necessidade de diferenciar a deliberação política, entendida como a produção da decisão, e a fala pública acerca dos negócios políticos. Neste sentido, a deliberação política, o poder de decisão de fato, é reservado para a esfera política. A esfera civil, por outro lado, produz discursos e opiniões sobre a agenda política, o que os autores chamam de conversação civil. Neste contexto, a esfera pública virtual é vista como um espaço para a conversação civil (MARQUES, 2006, p. 172): “Há momentos em que a internet se comporta como uma esfera pública eficaz, inclusive em termos de tomada de decisões deliberativas. No entanto, muitas vezes, estes eventos ocorrem quando os grupos afetados por esta resolução, ao mesmo tempo em que são especializados ou dedicados a um tema específico, não são muito extensos”.

Dahlgren (2005) argumenta que a esfera pública, por si só não é garantia para a democracia, podendo haver vários tipos de informação política e debate em circulação, mas é preciso que haja conexões estruturais, processos institucionais formalizados entre os espaços comunicativos e os processos de tomada de decisão: “Deve haver algum indicador de impacto, alguma evidência de que a conversa política dos cidadãos tem consequências, caso contrário o desengajamento e o cinismo podem tomar conta” (DAHLGREN, 2005, p. 152).

Neste contexto, é preciso considerar que para fortalecer a democracia são necessárias não apenas as estruturas de comunicação eficientes ou instituições propícias à participação, mas também deve estar presente a correta motivação, interesse e disponibilidade dos próprios cidadãos em participar dos debates públicos (DAHLGREN, 2005). De acordo com Polat (2005), a importância da esfera pública surge de seu papel no fornecimento de um espaço coletivo para o debate racional crítico, em vez de simples registro de pontos de vista individuais por meio de ferramentas de agregação de informações, tais como pesquisas de opinião: “O que importa aqui é como as opiniões são formadas, em vez de como eles se expressam. Tal debate crítico racional também pode ser seguido por modos mais formais de participação política como o voto nas eleições. Em ambos os casos, como um fim em si mesmo ou como um mecanismo para apoiar os outros modos de participação política, a existência da esfera pública é uma condição necessária para a democracia”, salienta Polat (2005, p. 448).

Polat (2005, p. 449) acrescenta que “a internet não é universalmente acessível pelo público. Pelo contrário, o uso é mais limitado a pessoas que já estão em melhor situação em termos de ter acesso ao debate público racional [...] mesmo que o debate crítico racional online aconteça, ele não é divulgado de maneira eficaz”. Embora o potencial da internet para estender a esfera pública seja limitado, ainda há potencial para aumentar a participação política em torno de grupos de discussão online.

O autor (2005) ressalta que a internet aumenta a capacidade de comunicação de forma desigual, apoiando algumas formas de comunicação mais do que outras. Assim, diferentes modos de participação política são afetados assimetricamente pelo uso da rede. O autor sugere que existe a necessidade de uma abordagem mais sofisticada na investigação da relação entre a capacidade de comunicação da internet e participação política. “Em vez de tentar medir se a internet aumenta a capacidade de comunicação ou o nível de participação, as pesquisas devem investigar de que maneira os mecanismos de participação política são afetados e quais são os tipos de participação possibilitados pelo uso da internet” (POLAT, 2005, p. 453).

No que diz respeito à internet como esfera pública virtual, Polat (2005) argumenta que seu potencial para estender a esfera pública é limitado devido à sua distribuição desigual e sua estrutura fragmentada. No entanto, é preciso considerar as muitas

comunidades online, cujos membros participam em debates políticos. Para o autor (2005), embora eles não formem uma esfera pública, essas comunidades online continuam a operar como plataformas em que os participantes realizam seus direitos como cidadãos e participam da deliberação política online.

No entanto, como aponta Patrocínio (2003) é preciso que seja realizado um avanço no acesso de e a todos os cidadãos no que diz respeito às novas tecnologias e à internet. A cidadania apontada a partir desse aspecto só pode efetivar-se quando o acesso aos meios tecnológicos, à publicação, à produção e à divulgação, estiver assegurado. Como “as lógicas inerentes às novas TICs perpassarem a toda a sociedade” (PATROCÍNIO, 2003, p.10) é necessário ampliar o acesso a todos os cidadãos como se esse fosse um direito para diminuir o empobrecimento e a assimetria da sociedade.

A internet tem a capacidade de abrigar várias arenas de discussão porque é uma rede pública de comunicação não necessariamente institucionalizada e, em muitas ocasiões, ambiente que abriga a formação espontânea de opiniões. No entanto, de acordo com Marques (2006), a esfera pública virtual usada como um espaço de conversação, (ou seja, as discussões desenvolvidas em listas de discussão e fóruns online), atua mais efetivamente como um espaço para a formação de opinião, e não como um espaço de tomada de decisões, a exemplo do que acontece a partir da utilização das redes sociais.

USO DAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

De acordo com Recuero (2009) redes sociais são constituídas de representações de atores sociais e de suas conexões. As redes sociais caracterizam-se pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, a partir dos quais é possível formar agrupamentos para a troca de informações e ideias, gerando não apenas uma interação entre os participantes no sentido de compartilhar conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais. Neste sentido, para o autor, “o poder de mobilização exponencial das redes sociais as torna um fator relevante para se pensar elementos da vida fora da internet” (MARTINO, 2015, p. 58).

Os sites de redes sociais, como é o caso do Facebook, são “ambientes onde as pessoas podem reunir-se publicamente através da mediação da tecnologia”, enquanto rede

social é uma metáfora utilizada para o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema para relacionar-se, salienta Recuero (2010, p. 3).

Dados divulgados pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (BRASIL, 2015) apontam que 65% dos jovens brasileiros com até 25 anos acessam a internet todos os dias. 67% desses jovens afirmam que o uso é principalmente destinado à diversão e à busca de notícias. Dentre os 65% de jovens que afirmam acessar a internet diariamente, 81% o fazem a partir do uso de dispositivos móveis. Para Martino (2015, p. 58) a possibilidade de participar das redes online a partir de dispositivos móveis “permite a transposição contínua das barreiras entre ‘mundo físico’ e ‘mundo online’, em um grau de complementaridade entre as interações nas redes sociais digitais e àquelas desenvolvidas offline”.

De acordo com pesquisa desenvolvida pela F/Radar e divulgada em maio de 2015, 65% da população com mais de 12 anos está na internet, cerca de 107 milhões de brasileiros. Em um comparativo com anos anteriores, observa-se que o acesso à internet cresceu mais nas classes C e D. O acesso pelo celular é o que mais cresce, de 107 milhões de brasileiros com acesso à internet, 87 milhões utilizam o celular. Entre aqueles que acessam a internet pelo celular, o Facebook é a rede social mais acessada, seguida do Whatsapp, Google + e Instagram. Por outro lado, a pesquisa TIC Governo Eletrônico (CGI, 2015) demonstra que 76% dos órgãos públicos federais e estaduais possuem perfil ou conta própria em site de rede social digital e que 35% dos órgãos federais realizaram consulta pública pela Internet nos últimos 12 meses, indicando que há mais ferramentas participativas disponíveis a partir do uso da rede.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pela F/Radar, 45 milhões de brasileiros já participaram de movimentos sociais, deste número 31% afirmaram ter participado apenas pela internet, 40% participaram apenas presencialmente e 28% participaram no âmbito online e offline. Apesar da participação (seja online ou presencial) ser mais comum entre os mais ricos e mais escolarizados, a maioria dos ativistas brasileiros está na classe C, considerando a porcentagem total da população.

A maior parte dos entrevistados que disseram participar presencialmente o fazem via manifestação, passeata, ato ou ocupação. Já entre os que participam online, 75% diz ter participado via redes sociais (curtidas, comentários, compartilhamentos). Entre os

entrevistados 4 em cada 10 dizem acreditar que as redes sociais contribuem para que eles participem presencialmente de mobilizações. Sete em cada 10 internautas conheceram movimentos sociais a partir das redes sociais, o que evidencia a capacidade das redes sociais como instrumento de mobilização.

Entre as redes sociais utilizadas no Brasil, destaca-se o Facebook, que conquistou o posto de rede social mais popular do mundo em 2008. Só no Brasil são mais de 103 milhões de usuários. O país é atualmente, o terceiro mais ativo no Facebook, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. Dentre os 103 milhões de usuários brasileiros, 62 milhões dizem acessar a rede social Facebook diariamente, 50 milhões destes o fazem a partir de dispositivos móveis. Estes dados não indicam apenas a presença dos brasileiros na rede, mas também sua utilização como ferramenta de participação: a eleição presidencial de 2014 gerou 674,4 milhões de interações no Facebook, um novo recorde nos registros da rede social. As conversas sobre as eleições brasileiras envolveu 48,3 milhões de pessoas, o equivalente a 54% de todos os usuários ativos do Facebook no país.

Para Recuero (2010), um elemento característico das redes sociais na internet é sua capacidade de difundir informações através das conexões existentes entre os atores. Essa capacidade alterou de forma significativa os fluxos de informação dentro da própria rede: “O surgimento e a popularização da internet permitiram uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais” (RECUERO, 2010, p. 117).

Além de possibilitar espaço de disponibilização de informação, visibilidade, conversação e participação, a internet e as redes sociais foram apontadas como o principal canal de influência para a escolha do próximo presidente do país. De acordo com a pesquisa, 56% dos brasileiros aptos a votar confirmam que a internet e as mídias sociais terão algum grau de influência na escolha de seu candidato presidencial na próxima eleição. O predomínio do uso e da influência das redes digitais é ainda maior entre os jovens. No eleitorado de 16 a 24 anos as mídias sociais têm 48% de “muita influência” eleitoral, contra 41% da mídia tradicional.

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO

O declínio nos índices de votação eleitoral e de ativismo partidário, bem como a expansão dos movimentos de protesto e de novas formas de ação política, têm levado os estudiosos a rever as formas usuais de participação política. Considerando o esforço de

autores na elaboração de uma tipologia das modalidades de participação e até mesmo em relação a seu próprio conceito, observa-se que Milbrath (1965) definia, de início, a participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral.

Já para Levy (1996), o exercício da cidadania tem sido expandido para além de práticas eleitorais. A virtualização tem ampliado a participação cidadã com a criação de iniciativas governamentais e autônomas, que incentivam o engajamento do usuário em questões de interesse público. Neste contexto de novas possibilidades de participação ampliadas pelas tecnologias digitais, os jovens são destaque.

A juventude é, e historicamente tem sido, bastante idealista e, muitas vezes, quer mudar o mundo, o sistema político e relações do cotidiano. Isso não é novo, apesar de nem sempre ter tido visibilidade [...] Hoje, uma das diferenças está na convocatória pelas redes sociais virtuais, o que trouxe o povo para rua quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos (WARREN, 2014, p. 417).

Progressivamente os usuários brasileiros de internet colocam-se como agentes ativos de ações participativas, desempenhando sua tendência natural de socialização ao discutir, reagir e espalhar seus interesses e críticas pelas diversas modalidades de mídias.

Hoje é possível que os próprios cidadãos assumam problemas de âmbito público, engajando diversos setores da sociedade para alcançar objetivos comuns e compartilhados. Para tanto são utilizadas diversas plataformas de atuação como fóruns e grupos de discussões, abaixo-assinados e petições online, blogs, plataformas sociais, aplicativos e as mídias sociais.

Para Martino (2015, p. 58), as ações realizadas na rede se articulam com as atividades desempenhadas na vida cotidiana. Para o autor, “quem participa das redes on-line são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado”. Dessa forma, o autor considera que o mundo real é deslocado para as redes sociais digitais e as discussões por lá geradas são capazes de causar impactos, atitudes e ações no mundo físico.

Com a promulgação da Constituição de 1988 foram institucionalizadas novas formas de participação, que incluem conselhos de cidadãos em instâncias federais, estaduais e locais, orçamentos participativos e planos diretores municipais, afirma Avritzer (2008). Como modalidades de participação consideram-se: a) participação convencional: refere-se ao voto e atividades partidárias; b) participação não convencional: referem-se a petições (online ou

off-line), protestos e boicotes; c) participação institucional direta: conselhos, audiências públicas, orçamento participativo (online ou off-line); e d) participação informal: refere-se a discussões políticas cotidianas (sejam elas realizadas on-line ou off-line) (ARBACHE, 2015).

Avritzer (2008, p. 44) salienta que, apesar de a participação política ter experimentado um crescimento constante desde a democratização, o Brasil se transformou ao longo do século XX “em um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda”, ainda que seja “um dos países com o maior número de práticas participativas”. Neste sentido parece importante questionar até que ponto a tecnologia tem possibilitado novas formas de participação política.

Atualmente o fenômeno da multiplicação de manifestações quase virais de comunicação, que se expandem continuamente com o processo de informatização e digitalização dos canais e ferramentas de comunicação, e acabam desencadeando o rápido aumento do número de internautas e de comunidades virtuais desterritorializadas e até multiculturais. O uso coordenado da internet é também um instrumento de mobilização de segmentos sociais aliados da economia e dos modos produtivos formais, dos espaços de representação coletiva e dos aparatos protetivos do Estado.

CONSIDERAÇÕES

Na atual estrutura, enquanto se ressalta um espaço público midiático restrito, há um processo emergente de reconfiguração da esfera pública, associada à criação de outras mídias. A partir do uso cada vez mais corriqueiro das tecnologias da comunicação e da informação, emergiu, nas últimas décadas, “uma nova revolução nas relações de poder”, em especial no campo das comunicações, que “tornou possível as condições materiais de imposição de um mesmo discurso à escala planetária, com o estabelecimento de um verdadeiro oligopólio mundial das fontes emissoras de comunicação” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 16).

O debate público foi ampliado com as possibilidades de comunicação vindas com a ascensão da internet, como, por exemplo, a partir da utilização crescente das redes sociais. Passaram a existir outras formas efetivas de divulgação dos conteúdos críticos e reflexivos que são de interesse público, com a possibilidade de se fazer uma análise da própria mídia e publicizar uma visão considerada alternativa. Com isso, há uma significativa abertura para a

participação individual e à cidadania, ambas com potencial amplificado a partir das novas ferramentas e fluxo de produção e interação possibilitados a partir do uso da internet. Diante disso, é comum os entusiastas das inovações trazidas pela tecnologia em termos de possibilidades comunicativas reconhecerem na internet um caráter democrático.

De certa forma, isso promove a reconfiguração do espaço público diminuindo a crise subjetiva e intersubjetiva de sentido alimentada pela tendência à alienação e anomia que se verifica na modernidade (VIZEU; ROCHA; MESQUITA, 2010) a partir do reconhecimento de que o cidadão tem o direito de participar do fluxo de construção de sentido e da construção social da realidade, com um aumento, por consequência, do engajamento cívico. Sendo assim, as possibilidades de atuação política são ampliadas e reforçadas, e essa característica de engajamento a partir do uso de mídias é um dos norteadores do princípio da democracia moderna, no que diz respeito às possibilidades de ações no espaço público. As narrativas deixam de ser únicas e lineares e ganham dimensões observáveis distintas.

O público contemporâneo experimenta e valoriza cada vez mais a liberdade de escolha que adquiriu com a disponibilidade cotidiana de meios digitais interativos e não lineares de comunicação. Cada usuário plenamente incluído no domínio das ferramentas e das linguagens digitais dispõe de recursos para acessar e também para produzir conteúdos em muitos formatos e para várias plataformas, podendo utilizá-los conforme suas necessidades informativas ou disponibilidade de tempo para emissão ou fruição de mensagens online.

A evolução das redes e dos dispositivos informáticos gera continuamente tecnologias imersivas e pervasivas distantes da neutralidade técnica ou científica, porque constituem instrumentos de mudanças nos modos de produção e de trabalho, nas interações comunicativas e culturais e até nas percepções sensoriais de cada geração. Os aparatos e os programas informáticos estão presentes nos ambientes humanos de maneira cada vez mais “natural” e abrangente. As mediações e influências multilaterais dos meios digitais de comunicação e informação são absorvidas cotidianamente pelas práticas cotidianas de diversos estratos sociais.

Entre os brasileiros, mesmo com a persistência das disparidades socioeconômicas entre várias camadas sociais, há um crescimento constante dos usuários da internet fixa e

móvel, em plataformas e dispositivos portáteis, fator que amplia e individualiza a audiência nacional nos canais informativos do ciberespaço.

Dados de 2015, divulgados pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, revelam que 48% dos brasileiros têm acesso à internet, seguindo a tendência mundial de aumento ano após ano (BRASIL, 2015). Rogers e Malhotra (2000) afirmam que o número de usuários de internet dobrou a cada ano durante a década de 1990, “uma taxa extremamente rápida de adoção, talvez uma das mais rápidas taxas de difusão para qualquer inovação na história da humanidade” (ROGERS; MALHOTRA, 2000, p. 20). O número de usuários da internet continua crescendo, ainda que em taxas mais modestas. De 2013 para 2014, por exemplo, o número de brasileiros com acesso à rede mundial de computadores aumentou 7% (BRASIL, 2015).

Neste sentido, multiplicam-se continuamente no ciberespaço a presença dos grupos civis, urbanos, rurais, de minorias étnicas, religiosas ou sociais, etc., que mantém atualizados *sites* e *homepages*. Há novas chances de manifestação direta e universal, de qualquer natureza, antes impensáveis para os segmentos engajados que lutaram por décadas seguidas contra a censura e a repressão ideológica, política, étnica, cultural e econômica. Estes fatores restritivos impediam cotidianamente a visibilidade das manifestações populares de descontentamento e a divulgação das ações coletivas de resistência às arbitrariedades da ordem estabelecida, seja do Estado ou de grupos econômicos.

O ciberespaço incorporou gradualmente características da teoria da esfera pública de Habermas (1962), que foram estendidas a partir da multiplicação de canais de manifestação e mobilização online. Em primeiro lugar, a esfera pública tem que ser igualmente aberta a todos. Todo mundo tem que ser capaz de ser membro da esfera pública e participar nas deliberações de modo que a diversidade de pontos de vista pode ser assegurada, “só desta forma uma prática democrática justa e representativa pode ser sustentada” (POLAT, 2005, p. 449).

Em segundo lugar, dentro da esfera pública um acordo racional é alcançado como resultado do debate crítico racional que está livre de juízos de valor: “De maneira ideal, a esfera pública conecta as pessoas entre si, para que possam se engajar no debate crítico racional [...] a esfera pública é uma arena de comunicação em que mutualidade, solidariedade e reciprocidade são promovidas”, afirma Polat, (2005, p. 449).

Em terceiro lugar, a esfera pública tem que ser independente da intrusão do governo e de interesses comerciais e de poder. Avaliando a internet de acordo com esses critérios sugere que o ciberespaço não oferece muito para alargar a esfera pública ou fornecer uma alternativa esfera pública virtual. No entanto, não se deve desconsiderar as evidências de crescimento do ativismo online dos jovens brasileiros, sobretudo a partir das grandes manifestações ocorridas no Brasil, a partir de 2013, que foram derivadas, em sua maioria, do Movimento Passe Livre. As mobilizações desde o início foram articuladas pela internet e chamaram atos públicos ocorridos em diversas localidades do país, embora o epicentro do movimento tenha sido a capital paulista.

A pesquisa Juventude Conectada (2016), idealizada pela Fundação Telefônica-Vivo e realizada em parceria com IBOPE, Instituto Paulo Montenegro e a Escola do Futuro, mostrou que entre as atividades mais frequentemente realizadas a partir do uso da internet pelos jovens, com idade entre 15 e 29 anos, destacam-se: acesso a redes sociais, troca de emails e conversas por mensagens instantâneas. A pesquisa indica que as comunidades virtuais estão criando plataformas adicionais importantes para facilitar a participação cidadã na esfera pública do ciberespaço, seja de natureza política, educacional ou cultural.

De acordo com a pesquisa Juventude Conectada (2016), 85% dos entrevistados usam o celular como principal dispositivo de acesso à internet. Esse índice representa um crescimento de 102% em relação à primeira edição do estudo, realizada em 2013. Mesmo com a ascensão do uso dos dispositivos móveis, o acesso doméstico ainda é predominante: 49% dos jovens afirmam utilizar a rede wi-fi de suas casas mais de uma vez por dia. Quando se observa a frequência média de uso, ela é de 5,1 dias por semana.

Isso se deve, em parte, às limitações dos pacotes de dados dos smartphones (3G/4G), que são apontados como a segunda forma de conexão mais utilizada: 45% dos jovens dizem usar os planos de acesso à internet de seus celulares mais de uma vez por dia. Quando se observa a frequência média de uso, ela é de 4,7 dias por semana.

De acordo com seu perfil de navegação, o relatório distinguiu três características do jovem conectado: a) explorador iniciante (52% da amostra); b) explorador intermediário (33% da amostra) e c) explorador avançado (16% da amostra). Entre as atividades desempenhadas pelos jovens do grupo “explorador avançado” estão: uso de serviços de localização; pesquisas de preço; acompanhamento de blogs; pesquisas para a escola ou

faculdade; pesquisas sobre cursos e capacitação profissional; criação e atualização de blogs; buscas de dicas de uso e tutoriais para softwares; instalação de programas; leitura de livros digitais; acesso a sites de revistas; participação em fóruns de discussão; realização de cursos a distância; compras pela internet (JUVENTUDE CONECTADA, 2016).

Já os “exploradores intermediários” destacam-se por: baixar conteúdos; criar e/ou postar conteúdo digital; acessa sites de notícias e jogar games; enquanto os “exploradores iniciantes” enviam mensagens instantâneas; acessam redes sociais e email; fazem pesquisas e assistem a filmes (YouTube, Vimeo, Netflix).

A pesquisa também considera o ativismo e a participação social dos jovens conectados a partir de experiências como a primavera árabe, o Occupy Wall Street e as manifestações de junho de 2013 no Brasil. De acordo com o relatório, a partir dessas manifestações “ficou evidente que os novos ativismos estariam ligados à cultura digital e às redes sociais na internet” (JUVENTUDE CONECTADA, 2016, p. 122).

Assim, as novas modalidades de participação exercidas em grande medida pela população jovem não se restringem aos ambientes virtuais. “Por um lado, há a importância do ativismo presencial, dos encontros pelas redes de amizade e companheirismo; por outro lado, há o ativismo dos que estão sempre em estado ativo de debate e construção, mas que nunca se encontraram presencialmente”, aponta o relatório (2016, p. 122).

Apesar de um terço dos jovens que participaram da pesquisa Juventude Conectada afirmar não ter tido nenhum envolvimento com a participação política, algumas práticas foram destacadas, como: a elaboração de comentários sobre mobilizações sociais, o repasse de convites recebidos, o compartilhamento de postagens e as reações a estas postagens. Além disso, um quinto dos jovens entrevistados disse ter criado eventos para mobilização ou postado vídeos e fotos de autoria própria. O que indica a dificuldade com a própria conceituação do que é participação política quando se considera o ambiente online.

As práticas presenciais de participação também foram observadas: 28% foram às ruas, 18% vestiram uma camiseta em defesa de alguma causa ou posicionamento e 10% participaram de greves. O Facebook e o Twitter foram citados como as principais ferramentas de mobilização, circulação de ideias e divulgação de causas e atividades, nas manifestações juvenis.

Os novos veículos digitais têm potencial para auxiliar a organização de estratégias locais e internacionais de resistência cidadã, seja política, econômica e cultural, e para exigir respeito e condições de autodeterminação para os povos ameaçados. Tais reivindicações poderão parecer abstratas e distantes das questões urgentes que atormentam as camadas pobres das populações, mas contém significado estratégico vital e objetivo para as lideranças mais politizadas, que organizam as frentes de luta contra os efeitos negativos dos regimes autoritários e corruptos, dos ajustes ultraliberais que destroem ou privatizam os aparatos do Estado e extinguem as políticas e os investimentos sociais públicos.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BENNET, W. L. Communicating Global Activism Strengths and Vulnerabilities of Networked Politics. In: Van de Donk; Loader, Brian D.; Nixon, Paul G. & Rucht, Dieter. **Cyber Protest. New Media, Citizens and Social Movements**. Londres, Routledge. 2004.

BRASIL. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratosatuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BRITTOS, V. (Org.). **Comunicação, informação e espaço público. Exclusão no mundo globalizado**. Rio de Janeiro, Papel&Virtual, 2002.

CGI. Comitê Gestor da Internet. **TIC Domicílios 2015**. Disponível em: <<http://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

DAHLGREN, P. The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, 22:147–162, 2005.

DIJK, J. V.; Widening information gaps and policies of prevention. In HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital Democracy: issues of theory and Practice**. London: Sage Publications, 2000.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Juventude Conectada**, 1. ed. - São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Juventude-Conectada-2016.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

GILLMOR, D. **Nós, Os Media**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

GOMES, W. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P.S. (orgs). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of a Bourgeois Society**. Cambridge: MIT Press, 1962.

LÉVY, P. **O que é virtual**. São Paulo: Ed, v. 34, 1996.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modo de abordagem. In Maia, R.; CASTRO, M. C. P. S. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2006.

MARCONDES, V. Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Passo Fundo, 2007.

MARQUES, F. P. J. A.; Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MILBRATH, L. **Political Participation**. Chicago: Rand McNally, 1965.

PATROCÍNIO, T. Educação e cidadania glocal. **Cidades e Regiões Digitais: Impacte nas Cidades e nas Pessoas**, Porto, Fundação Fernando Pessoa, Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 15-40, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Geografias (UFMG)**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 2005.

POLAT, R. K. The Internet and political participation: exploring the explanatory links. **European Journal of Communication** 20: 435, 2005. Disponível em:
<<http://ejc.sagepub.com/content/20/4/435>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ROCHA, J. M. "O 'glocal' no ciberjornalismo regional: análise dos sítios de webnotícias de Dourados". 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul. 2014.

ROGERS, E. M.; MALHOTRA, S. Computers as communication: the rise of digital democracy, In HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital democracy: issues of theory and Practice**. London: Sage Publications, 2000.

SASSI, S. The controversies of the Internet and the revitalization of local political life. In HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital democracy: issues of theory and Practice**. London: Sage Publications, 2000.

VACCARI, C. **Digital politics in western democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2013.

VIZEU, A.; ROCHA, H.; MESQUITA, G.. O Cidadão como Coprodutor da Notícia: Novos Desafios ao Jornalismo. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul**, 2010.

WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, p. 417-429, 2014.

The Internet As a Conductor of Political Participation: Media, Technology and Engagement in Digital Environments

ABSTRACT

The objective is to analyze the current scenario of new technologies and the emergence of digital conceptions that influence the processes of political participation. It seeks to discuss the social and political potential of the Internet among youths, considering their affirmation as an element for strengthening the development of modern environments of democratic action and strengthening new forms of participation and engagement.

Keywords: Internet. Youths. Media. Participation. Social Media. Technology.

El Internet Como Indutora De La Participación Política: Medios, Tecnología Y La Participación En Entornos Digitales

RESUMEN

El objetivo es analizar la situación actual de funcionamiento de las nuevas tecnologías y la aparición de conceptos digitales que influyen en los procesos de participación política. Se objetiva una discusión acerca del potencial social y político de internet entre los jóvenes, teniendo en cuenta su declaración como elemento para fortalecer el desarrollo de los entornos modernos de acción democrática y de refuerzo para las nuevas formas de participación y de compromiso.

Palabras clave: Internet. Jóvenes. Medios De Comunicación. Participación. Redes Sociales. Tecnología.

Recebido em: 24/04/2017

Aceito em: 30/07/2017